



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF****CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90233/2025– SES/DF****SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES/DF,****DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 16/10/2025 às 09h30****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM****ADJUDICAÇÃO: POR ITEM****MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO****PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO****ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO****PROCESSO Nº: 00060-00595122/2024-33**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 4.995.668,7720 (Quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos)

OBJETO: Aquisição de medicamentos pertencentes ao Grupo 0936 - MEDICAMENTOS CADASTRADOS DE COMPRA ESPECIFICA, de modo a suprir as demandas de Determinações do Poder Judiciário que obtiveram provimento mesmo que por sede de tutela antecipada, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	38485	607946	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS - AMPLA CONCORRÊNCIA.	TB	36
2	7764	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	10.800
3	90278	309530	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE - AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	3.240
4	0693	272083	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	4.320
5	6675	276961	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	21.600
6	16216	382197	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	6.480
7	14085	306145	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	2.160
8	31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	1.620
9	31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG - VINCULADO AO ITEM 08, COTA 25% ME/EPP.	CP	540
10	5665	272379	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	7.560
11	5563	365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G - AMPLA CONCORRÊNCIA.	BS	1.080
12	34608	406230	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	2.160
13	36009	437006	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10M - AMPLA	FR	144

			CONCORRÊNCIA.		
14	35483	430402	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FA	72
15	20313	296657	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CS	2.160
16	38424	457612	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719MG/G FRASCO 250G - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FR	36
17	39331	483781	ZANUBRUTIIINIBE CÁPSULA DURA 80MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	6.480
18	39331	483781	ZANUBRUTIIINIBE CÁPSULA DURA 80MG - VINCULADO AO ITEM 17, COTA 25% ME/EPP.	UN	2.160

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação consta no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

De acordo com a Resolução da CMED Nº 3, de 2 de março de 2011, as distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias, deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos medicamentos comprados por força de ação judicial. O CAP é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.

Informamos que o item: 0693 - SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG consta no Anexo Único do Convênio ICMS Nº 87, de 28 de junho de 2002 – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e atualizações (Convênio ICMS 99/10), e consta no Decreto Nº 3.803, de 24 de abril de 2001, aplicando-se, portanto, a isenção fiscal.

Informamos ainda que o item: 31724 - VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG consta no Convênio ICMS Nº 132/21 (altera o Convênio ICMS nº 162/94) – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Contudo, a isenção fiscal não se aplica, pois, até a presente data, o Convênio ICMS Nº 132/21 ainda não foi homologado pelo Distrito Federal.

Os demais itens não constam no Anexo Único do Convênio ICMS Nº 87, de 28 de junho de 2002 – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e atualizações e nos demais Convênios ICMS, não aplicando-se, portanto, a isenção fiscal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: às 9:29 horas do dia 16/10/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: às 9:30 horas do dia 16/10/2025.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br

TELEFONE: Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira no endereço mencionado ou pelo telefone (61) 3449-4178 ou 4179

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de medicamentos pertencentes ao Grupo 0936 - MEDICAMENTOS CADASTRADOS DE COMPRA ESPECÍFICA, de modo a suprir as demandas de Determinações do Poder Judiciário que obtiveram provimento mesmo que por sede de tutela antecipada, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela no Anexo I do Edital, facultando-se ao licitante a participação nos itens de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

- 2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

- 2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SES-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
- 2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SES-DF.
- 2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **Anexo III deste EDITAL**, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.
- 2.10. **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**
- 2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.
- 3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da

Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o(s) item (ns) **01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17** que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital.

3.10.2. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até **25%** (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante; de forma que os itens **09 e 18 estão** reservados à cota, no percentual de até 25%, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10.3. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias.

3.10.3.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da cota reservada.

3.10.3.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.

3.11. Não poderão disputar esta licitação:

3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.11. É vedada a participação, direta ou indireta, em licitações, contratações, execução de obras ou serviços e no fornecimento de bens relacionados, por agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal que sejam contratantes ou responsáveis pela licitação.

3.11.11.1. Fica proibida a participação do proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independentemente da denominação adotada ou do grau de participação, seja qualitativa ou quantitativa, no capital ou patrimônio da referida entidade.(Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.11.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

- 3.11.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.11.14. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 3.11.14.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 3.11.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.11.16. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 3.11.16.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 3.11.16.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 3.11.17. A vedação de que trata o item 3.11.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.11.18. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.11.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.17. A vedação de que trata o item 3.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15.1. deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4.5. No momento do cadastro da proposta, o licitante deverá indicar uma única marca ou fabricante.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.
- 5.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até quatro casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.10.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.20.2.2. empresas brasileiras;
- 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 6.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 6.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A20]

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

I - A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de comprovação da qualificação técnica:

a) **Certidão de Regularidade Técnica**, vigente e expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado onde se situar a empresa vencedora, conforme Resolução CFF 721/2022.

b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, o **Atestado(s) de Capacidade Técnico- Operacional**, deverá ser apresentado em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação.

8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

8.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da

licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo IV do Edital.
- II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo V do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.16. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: ccomp.dag@saude.df.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: ccomp.daq@saude.df.gov.br.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;

12.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

12.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

12.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

12.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

13. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO

13.1. DA ENTREGA

13.1.1. Os produtos deverão ser entregues em até 30 dias corridos, contados da assinatura do Contrato ou da publicação da Nota de Empenho (quando esta substituir o termo de contrato) no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

13.1.2. A entrega deverá ser realizada em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

13.1.3. O prazo para entrega, estabelecido no subitem 13.1.1, poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados. A empresa deverá comunicar as razões respectivas até a data limite que a entrega deveria ocorrer, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.1.4. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

13.2. DO LOCAL DE ENTREGA

13.2.1. O horário de funcionamento das centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF é de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

13.2.2. As entregas dos insumos na SES/DF deverão ser previamente agendadas por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material – PAM.

13.2.3. A confirmação do agendamento ficará condicionada à disponibilidade de data. Portanto, as solicitações de agendamento devem ser realizadas com antecedência mínima de 48 horas da data pretendida para entrega.

13.2.4. Os produtos deverão ser entregues em um dos endereços abaixo, a ser estipulado no Pedido de Aquisição de Material – PAM:

FARMÁCIA CENTRAL: PARQUE DE APOIO – SES/DF: SIA/SAPS, BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000.

NUMEBE (Núcleo de Medicamentos Básicos e Estratégicos): SIA Trecho 4, Lotes 1.840 a 1.890 - CEP: 71200-040.

13.3. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E ENTREGA

13.3.1. Os produtos do Termo de Referência não poderão ser encaminhados via Correio .

13.3.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário (documento deverá estar disponível no carro de transporte) e atender as Boas Práticas de transporte.

13.3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento (Portaria nº 1.,051 de 29/12/98).

13.3.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.

13.3.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

13.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

13.4.1. A empresa deverá apresentar o produto em sua embalagem original íntegra, nas condições de temperatura e umidade exigidas no rótulo.

13.4.2. Os produtos deverão ser entregues separados por lotes e prazos de validade. Na Nota Fiscal deverão ser especificados os lotes entregues e as quantidades correspondentes a cada lote.

13.4.3. Para cada lote entregue, a empresa deverá disponibilizar 1 unidade do produto, que será encaminhada para análise e emissão de Parecer Técnico pelas áreas competentes. Além disso, 1 unidade aleatória de cada lote poderá ser retirada pela SES/DF no momento do recebimento, para verificação.

13.4.4. Os fornecedores deverão manter as documentações vigentes e ativas durante a execução das Atas / Contratos e apresentá-las à SES/DF quando solicitado.

13.4.5. Os produtos de grande volume deverão ser entregues paletizados.

- 13.4.5.1. Quando se tratar de material cujo empilhamento resulte em estrutura instável, a entrega deverá ser realizada de modo que o material seja empilhado de maneira firme, impedindo o deslocamento e deslizamento dos pacotes e/ou caixas quando armazenados. Para isso, as pilhas devem ser entregues envoltas em filme plástico (*stretch*) ou outro que apresente resultado semelhante.
- 13.4.6. Todos os dados do rótulo e da bula dos produtos importados deverão estar em língua portuguesa, conforme RCD 81/2008 (ANVISA).
- 13.4.7. Os medicamentos deverão conter em suas embalagens primárias: número do lote, data de validade, nome comercial (quando houver), denominação genérica da substância ativa e concentração de cada princípio ativo por unidade de medida, conforme RDC nº 71, de 22/12/09 e suas atualizações.
- 13.4.8. As bulas deverão estar de acordo com a RDC nº 47, de 08/09/09 e suas atualizações. Os medicamentos em embalagem hospitalar deverão conter um número mínimo de bulas que atenda à quantidade relativa ao menor período de tratamento discriminado na indicação do medicamento.
- 13.4.9. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” por meio de etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização.
- 13.4.10. Para fins deste Edital considera-se:
- 13.4.10.1. Etiqueta inviolável: aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação.
- 13.4.10.2. Carimbo irremovível: aquele que mesmo sob atrito ou fricção não deverá se apagar sem danificar a embalagem.
- 13.4.11. A Nota Fiscal deverá conter:
- 13.4.11.1. Denominação genérica da substância ativa e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, fabricação, validade, unidade de fornecimento, quantidade discriminada por lote, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo SEI, número da Ata de Registro de Preços (quando houver) ou do Contrato Administrativo, número da Autorização de Fornecimento de Material (AFM) e, quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número correspondente à entrega (1ª entrega, 2ª entrega, e assim sucessivamente).
- 13.4.11.2. A Nota Fiscal deverá sinalizar os medicamentos sujeitos a controle especial, ou seja, aqueles constantes da Portaria nº 344/98. Para tanto, a letra indicativa da lista a que pertence o respectivo item deve ser colocada entre parênteses e após a descrição do medicamento, por exemplo, (C1).
- 13.4.12. Para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária do produto, muitas vezes é necessário que o quantitativo entregue seja distinto do quantitativo definido na Nota de Empenho e/ou contrato.
- 13.4.12.1. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo empenhado, a empresa deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento.
- 13.4.12.2. Caso o quantitativo entregue seja inferior ao quantitativo empenhado, a empresa deverá encaminhar uma carta de cancelamento do saldo restante da Nota de Empenho, devido ao fator de embalagem do produto, para que possa ser concluído tal recebimento.
- 13.4.13. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deverá ser de no mínimo 75% do prazo total de validade.
- 13.4.13.1. Para produtos com prazo de validade total de 24 meses, ou mais:
- a) Na hipótese de impossibilidade de cumprimento da condição acima, devidamente justificada, será admitida a entrega do produto com no mínimo 50% da validade a partir da data de fabricação, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca, Apêndice III, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 30 dias corridos contados a partir da notificação para troca.
- b) Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 50% do total, caberá a SES/DF avaliar a oportunidade e conveniência do seu recebimento acompanhado do Termo de Compromisso de Troca, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da notificação para troca.
- 13.4.13.2. Para produtos com prazo de validade total inferior a 24 meses:
- a) Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 75% do total, caberá a SES/DF avaliar a oportunidade e conveniência do seu recebimento, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 30 dias corridos contados a partir da notificação para troca.
- 13.4.14. Para produtos aceitos com Termo de Compromisso de Troca, o produto oriundo da troca deverá ter, no mínimo, 35% do prazo de validade total.
- 13.4.15. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF.
- 13.4.16. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF.
- 13.4.17. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente.
- 13.4.18. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora.
- 13.4.19. O descarte de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca e não utilizados até a expiração do prazo de validade deverá ser realizado pela empresa fornecedora. Uma vez acionada para efetivação da troca, a empresa deverá proceder com o recolhimento dos produtos vencidos nas centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF, estando passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente, em caso de descumprimento desta cláusula.
- 13.4.20. O Termo de Compromisso de Troca, deverá ser apresentado no momento da entrega do material, junto a Nota Fiscal, possibilitando à SES/DF a finalização da Ata de Registro de Preços sem que haja prejuízo e ônus adicional ao erário desta Secretaria em decorrência de produtos entregues com validade útil abaixo de 75% e cujo prazo de validade venha a expirar antes da sua utilização. A exigência do Termo de Compromisso de Troca não impacta na competitividade durante a realização do certame.
- 13.4.21. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

13.5. DO RECEBIMENTO

13.5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital e na Proposta.

13.5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital e na Proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação, e ocorrerá no prazo de 3 dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, §3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

13.5.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, §3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

13.5.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.5.9. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso não atenda às especificações técnicas ou ainda a documentação apresentada no ato da entrega esteja em desacordo com o Edital.

13.5.10. O produto rejeitado deverá ser recolhido pela empresa no prazo de 5 dias após a notificação pela SES/DF, devendo ser substituído dentro do prazo legal de entrega estipulado neste Edital.

13.6. LIQUIDAÇÃO

13.6.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida, são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

13.6.2. Para fins de liquidação e pagamento, das despesas oriundas da compra/contratação, considerar-se-á o atesto na nota fiscal previsto para o recebimento provisório, como parâmetro do estabelecimento da ordem cronológica para pagamento.

13.7. PRAZO DE PAGAMENTO

13.7.1. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

13.7.2. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

14.4. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

14.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

14.6.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

14.6.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

14.6.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

14.6.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

14.6.6. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/09/2025, pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

14.6.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

14.6.9. O adjudicatário após a assinatura do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2020, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme disposto na Lei 6.112/2018 e na Lei nº 6.308 de 13/06/2019 e regulamentada pelo Decreto 40.388 de 14/01/2020 e

no Guia Prático para Análise dos PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PRIVADA, da CONTROLADORIA-GERAL.

14.6.10. Para efeito de cumprimento do disposto no item acima, a empresa deverá apresentar os Formulários de **Avaliação de Programa de Integridade Relatório de Perfil e Avaliação de Programa de Integridade Relatório de Conformidade, conforme Anexo I do Decreto 40.388 de 14/01/2020.**

14.6.10.1. A empresa que não enviar os Formulários - **Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade** - estará sujeita as sanções cabíveis.

14.6.11. O Programa de Integridade terá validade de 12 meses.

14.6.12. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.

14.6.13. Pelo descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa contratada:

14.6.13.1. A multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do contrato;

14.6.14. O não cumprimento da obrigação implicará:

14.6.14.1. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

14.6.14.2. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;

14.6.14.3. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

14.6.15. A empresa que possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

14.6.16. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias, conforme Guia Prático para Análise dos PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PRIVADA, da CONTROLADORIA-GERAL.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.11. A anulação do pregão induz à do contrato.

15.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

15.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

15.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

15.16. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

15.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

15.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

15.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

15.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

15.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Planilha de mercado

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO V - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO VI - Modelo de Propostas

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Processo para potencial compra dos medicamentos pertencentes ao Grupo 0936 - MEDICAMENTOS CADASTRADOS DE COMPRA ESPECIFICA, de modo a suprir as demandas de Determinações Judiciais a pacientes que ajuizaram ação judicial e obtiveram provimento mesmo que por sede de tutela antecipada, ainda vigente, impetradas contra a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	38485	607946	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS - AMPLA CONCORRÊNCIA.	TB	36
2	7764	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	10.800
3	90278	309530	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE - AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	3.240
4	0693	272083	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	4.320
5	6675	276961	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	21.600
6	16216	382197	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	6.480
7	14085	306145	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	2.160
8	31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	1.620
9	31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG - VINCULADO AO ITEM 08, COTA 25% ME/EPP.	CP	540
10	5665	272379	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	7.560
11	5563	365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G - AMPLA CONCORRÊNCIA.	BS	1.080
12	34608	406230	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	2.160
13	36009	437006	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10M - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FR	144
14	35483	430402	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FA	72
15	20313	296657	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CS	2.160
16	38424	457612	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719MG/G FRASCO 250G - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FR	36
17	39331	483781	ZANUBRUTIINIBE CÁPSULA DURA 80MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	6.480
18	39331	483781	ZANUBRUTIINIBE CÁPSULA DURA 80MG - VINCULADO AO ITEM 17, COTA 25% ME/EPP.	UN	2.160

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

- 1.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações do Estudo Técnico Preliminar (170451579), fornecidas pelas áreas responsáveis por sua concepção.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois a demanda possui baixa elasticidade renda, art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 1.5. De acordo com a Resolução da CMED nº 3, de 2 de março de 2011, as distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias, **deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos medicamentos comprados por força de ação judicial.** O CAP é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.
- 1.6. Informamos que **SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG** consta no Anexo Único do Convênio ICMS nº 87, de 28 de junho de 2002 – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e atualizações (Convênio ICMS 99/10), e consta no Decreto Nº 3.803, de 24 de abril de 2001, aplicando-se, portanto, a isenção fiscal.
- 1.7. Informamos ainda que **VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG** consta no Convênio ICMS nº 132/21 (altera o Convênio ICMS nº 162/94) – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Contudo, a isenção fiscal não se aplica, pois, até a presente data, o Convênio ICMS nº 132/21 ainda não foi homologado pelo Distrito Federal.
- 1.8. Os demais itens não constam no Anexo Único do Convênio ICMS nº 87, de 28 de junho de 2002 – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e atualizações e nos demais Convênios ICMS, não aplicando-se, portanto, a isenção fiscal.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos, bem como o alinhamento da contratação com os instrumentos de planejamento da Pasta encontram-se pormenorizados em Tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 4.1. Para fins de orientação ao gestor competente, quando da concessão dos benefícios de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com fulcro no disposto no art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e das disposições da Lei Distrital nº 4.611/2011, vale ressaltar o seguinte:

- 4.1.1. A exclusividade está atrelada a critério objetivo, qual seja o corte de valor naqueles itens de contratação estimados em até R\$ 80.000,00, conforme inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.1.2. A subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte, estipulada no inc. II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, não é cabível no caso concreto, visto que, conforme informação a frente, está vedada subcontratação para a presente compra.
- 4.1.3. A aplicação de cota reservada, do aspecto técnico, é viável, visto que o(s) item(ns) que compõe(em) o(s) objeto(s) desta aquisição é(são) divisível(is) e a destinação de cota reservada não ensejará prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, desde que os produtos ofertados no certame atendam aos critérios de qualidade e desempenho descritos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

- 4.2. A concessão dos benefícios de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte será aplicada nos termos do art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e das disposições da Lei Distrital nº 4611, de 2011, de acordo com o valor de referência da aquisição, conforme Despacho SES/SULOG/DIASF (126365435), processo SEI 00060-00254058/2023-52.

5. FORMALIZAÇÃO DA COMPRA/CONTRATAÇÃO

- 5.1. A Administração se utilizará da faculdade estipulada no art. 95, inc. II da Lei nº 14.133/2021, de forma que será dispensado o instrumento de contrato e as obrigações mútuas pactuadas para a compra/contratação se formalizarão a partir da nota de empenho de despesa, por se tratar de compra/contratação com entrega imediata e integral.
- 5.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 5.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023).
- 5.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver reajuste de preços pelo índice do IPCA, nos termos do art. 2º do Decreto nº 37.121/2016.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. SUSTENTABILIDADE

- 6.1.1. O risco ambiental apresentado pelos bens objeto deste processo, está relacionado a produção de Resíduos de Serviços de Saúde, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018, como "todos os resíduos resultantes das atividades exercidas pelos geradores de resíduos de serviços de saúde", compreendidos como "todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal".
- 6.1.2. Assim, a fim de mitigar os riscos ambientais inerentes aos bens a serem adquiridos esta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) procederá com a adoção das medidas necessárias para o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados, em

conformidade com a RDC supramencionada e com o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE implementado no âmbito desta Secretaria.

6.1.3. As informações acima são reproduzidas do item 14 do Estudo Técnico Preliminar e a documentação pertinente à sustentabilidade da contratação para medicamentos consta no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, ambos descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

6.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inc. I da Lei nº 14.133/2021)

6.2.1. Para a presente contratação não há necessidade de indicação de marca ou modelo.

6.3. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO (Art. 41, inc. I da Lei nº 14.133/2021)

6.3.1. Para a presente aquisição não há necessidade de vedação de marca.

6.4. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA E/OU AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PRODUTO

6.4.1. Para os itens descritos neste Termo de Referência, **não será exigida a apresentação de amostras**, considerando que a especificação técnica é suficiente para aferição da qualidade do produto.

6.5. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

6.5.1. Para a presente contratação não há necessidade de exigência de carta de solidariedade.

6.6. SUBCONTRATAÇÃO

6.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.8. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/EMIÇÃO DA NOTA DE EMPENHO

6.8.1. As empresas que se sagrarem vencedoras deverão apresentar a documentação abaixo, conforme prevê a Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.437/77 e suas atualizações, e em atendimento às Decisões do TCDF nº 219/2016, nº 2.731/2015 e nº 3.401/2015:

6.8.1.1. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da RDC 16, de 1º de abril de 2014 e atualizações, correspondente ao tipo de produto ofertado. No caso de medicamento ou substância sujeita a controle especial, deverá ser apresentada Autorização Especial (AE). Em todos os casos, a Autorização deverá contemplar atividade de "distribuição" ou "fabricação", pois esta possui a atividade de distribuição como inerente, de acordo com critérios definidos pela ANVISA e publicados por meio de seu Portal na rede mundial de computadores. A AFE ou AE poderá ser apresentada por meio de cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) - destacando a empresa - ou por meio de cópia de espelho de consulta disponível no sítio da ANVISA.

6.8.1.2. **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente)**, conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974.

6.8.1.3. **Certificado de Registro do Produto**, em plena validade, podendo ser cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União (identificando o item em questão) ou impresso por meio eletrônico do site da ANVISA atualizado, conforme Lei nº 6.360/76. Caso o registro esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com o Certificado de Registro, o protocolo de revalidação, requerida com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses do dia do vencimento do registro (RDC nº 212/2018), acompanhado dos Formulários de Petição 1 e 2 referentes ao produto:

a) Caso o medicamento venha acompanhado de algum dispositivo e/ou solução diluente/ infusão não contemplado no seu registro original (exemplo: equipamentos especiais para infusão, bolsas com solução de infusão entre outros), a licitante deverá fornecer cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro de Produto referente a esse dispositivo ou impresso por meio eletrônico do site da ANVISA, em plena validade.

b) Caso o item cotado seja um medicamento de notificação simplificada deverá ser apresentada cópia da notificação atualizada, em plena validade e com status "ativa", que é divulgada no site da ANVISA, RDC nº 576/2021 e atualizações.

6.8.2. O parecerista, em sede de diligência, servirá-se de consulta à ANVISA ou utilizará qualquer outro meio oficial pertinente, como o DOU.

6.8.3. O item cotado deverá estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

6.8.4. Não será aceita documentação vencida.

6.8.5. Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original com cópia para autenticação de servidor designado pela SES/DF ou cópia autenticada por cartório competente, bem como admite-se documento passível de autenticação eletrônica.

6.8.6. Os documentos acima indicados são referenciados a partir de indicação no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. PRAZO DE ENTREGA

7.1.1. Os produtos deverão ser entregues em até 30 dias corridos, contados da assinatura do Contrato ou da publicação da Nota de Empenho (quando esta substituir o termo de contrato) no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

7.1.2. A entrega deverá ser realizada em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

7.1.3. O prazo para entrega poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados. A empresa deverá comunicar as razões respectivas até a data limite que a entrega deveria ocorrer, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.4. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

7.2. DO LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. O horário de funcionamento das centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF é de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

7.2.2. As entregas dos insumos na SES/DF deverão ser previamente agendadas por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material – PAM.

7.2.3. A confirmação do agendamento ficará condicionada à disponibilidade de data. Portanto, as solicitações de agendamento devem ser realizadas com antecedência mínima de 48 horas da data pretendida para entrega.

7.2.4. Os produtos deverão ser entregues em um dos endereços abaixo, a ser estipulado no Pedido de Aquisição de Material – PAM:

7.2.4.1. FARMÁCIA CENTRAL: PARQUE DE APOIO – SES/DF: SIA/SAPS, BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000.

7.2.4.2. NUBE (Núcleo de Medicamentos Básicos e Estratégicos): SIA Trecho 4, Lotes 1.840 a 1.890 - CEP: 71200-040.

7.3. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E ENTREGA

7.3.1. Os produtos do Termo de Referência não poderão ser encaminhados via Correio .

7.3.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário (documento deverá estar disponível no carro de transporte) e atender as Boas Práticas de transporte.

7.3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento (Portaria nº 1.,051 de 29/12/98).

7.3.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.

7.3.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

7.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.4.1. A empresa deverá apresentar o produto em sua embalagem original íntegra, nas condições de temperatura e umidade exigidas no rótulo.

7.4.2. Os produtos deverão ser entregues separados por lotes e prazos de validade. Na Nota Fiscal deverão ser especificados os lotes entregues e as quantidades correspondentes a cada lote.

7.4.3. Para cada lote entregue, a empresa deverá disponibilizar 1 unidade do produto, que será encaminhada para análise e emissão de Parecer Técnico pelas áreas competentes. Além disso, 1 unidade aleatória de cada lote poderá ser retirada pela SES/DF no momento do recebimento, para verificação.

7.4.4. Os fornecedores deverão manter as documentações do Apêndice II vigentes e ativas durante a execução das Atas / Contratos e apresentá-las à SES/DF quando solicitado.

7.4.5. Os produtos de grande volume deverão ser entregues paletizados.

7.4.5.1. Quando se tratar de material cujo empilhamento resulte em estrutura instável, a entrega deverá ser realizada de modo que o material seja empilhado de maneira firme, impedindo o deslocamento e deslizamento dos pacotes e/ou caixas quando armazenados. Para isso, as pilhas devem ser entregues envoltas em filme plástico (*stretch*) ou outro que apresente resultado semelhante.

7.4.6. Todos os dados do rótulo e da bula dos produtos importados deverão estar em língua portuguesa, conforme RCD 81/2008 (ANVISA).

7.4.7. Os medicamentos deverão conter em suas embalagens primárias: número do lote, data de validade, nome comercial (quando houver), denominação genérica da substância ativa e concentração de cada princípio ativo por unidade de medida, conforme RDC nº 71, de 22/12/09 e suas atualizações.

7.4.8. As bulas deverão estar de acordo com a RDC nº 47, de 08/09/09 e suas atualizações. Os medicamentos em embalagem hospitalar deverão conter um número mínimo de bulas que atenda à quantidade relativa ao menor período de tratamento discriminado na indicação do medicamento.

7.4.9. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” por meio de etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização.

7.4.10. Para fins desse Termo de Referência, considera-se:

7.4.10.1. Etiqueta inviolável: aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação.

7.4.10.2. Carimbo irremovível: aquele que mesmo sob atrito ou fricção não deverá se apagar sem danificar a embalagem.

7.4.11. A Nota Fiscal deverá conter:

7.4.11.1. Denominação genérica da substância ativa e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, fabricação, validade, unidade de fornecimento, quantidade discriminada por lote, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo SEI, número da Ata de Registro de Preços (quando houver) ou do Contrato Administrativo, número da Autorização de Fornecimento de Material (AFM) e, quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número correspondente à entrega (1ª entrega, 2ª entrega, e assim sucessivamente).

7.4.11.2. A Nota Fiscal deverá sinalizar os medicamentos sujeitos a controle especial, ou seja, aqueles constantes da Portaria nº 344/98. Para tanto, a letra indicativa da lista a que pertence o respectivo item deve ser colocada entre parênteses e após a descrição do medicamento, por exemplo, (C1).

7.4.12. Para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária do produto, muitas vezes é necessário que o quantitativo entregue seja distinto do quantitativo definido na Nota de Empenho e/ou contrato.

7.4.12.1. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo empenhado, a empresa deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento.

7.4.12.2. Caso o quantitativo entregue seja inferior ao quantitativo empenhado, a empresa deverá encaminhar uma carta de cancelamento do saldo restante da Nota de Empenho, devido ao fator de embalagem do produto, para que possa ser concluído tal recebimento.

7.4.13. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deverá ser de no mínimo 75% do prazo total de validade.

7.4.13.1. Para produtos com prazo de validade total de 24 meses, ou mais:

a) Na hipótese de impossibilidade de cumprimento da condição acima, devidamente justificada, será admitida a entrega do produto com no mínimo 50% da validade a partir da data de fabricação, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca, Apêndice III, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 30 dias corridos contados a partir da notificação para troca.

b) Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 50% do total, caberá a SES/DF avaliar a oportunidade e conveniência do seu recebimento acompanhado do Termo de Compromisso de Troca, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da notificação para troca.

7.4.13.2. Para produtos com prazo de validade total inferior a 24 meses:

a) Na hipótese de entrega de produto com validade inferior a 75% do total, caberá a SES/DF avaliar a oportunidade e conveniência do seu recebimento, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 30 dias corridos contados a partir da notificação para troca.

7.4.14. Para produtos aceitos com Termo de Compromisso de Troca, o produto oriundo da troca deverá ter, no mínimo, 35% do prazo de validade total.

7.4.15. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF.

7.4.16. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF.

7.4.17. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente.

7.4.18. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora.

7.4.19. O descarte de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca e não utilizados até a expiração do prazo de validade deverá ser realizado pela empresa fornecedora. Uma vez acionada para efetivação da troca, a empresa deverá proceder com o recolhimento dos produtos vencidos nas centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF, estando passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente, em caso de descumprimento desta cláusula.

7.4.20. O Termo de Compromisso de Troca, deverá ser apresentado no momento da entrega do material, junto a Nota Fiscal, possibilitando à SES/DF a finalização da Ata de Registro de Preços sem que haja prejuízo e ônus adicional ao erário desta Secretaria em decorrência de produtos entregues com validade útil abaixo de 75% e cujo prazo de validade venha a expirar antes da sua utilização. A exigência do Termo de Compromisso de Troca não impacta na competitividade durante a realização do certame.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Conforme especificado em itens anteriores, a presente compra/contratação irá ser realizada pelo Sistema de Registro de Preços, bem como ressalta-se que o termo contratual foi substituído por nota de empenho, enquanto instrumento de formalização da compra/contratação. Portanto, não se mostram necessárias previsões acerca da gestão do contrato.

8.2. Impõe-se, porém, a necessidade de fiscalização da Ata de Registro de Preços, que será realizada por agente designado pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, por analogia ao que dispõe o art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços zelar pelo correto cumprimento das exigências legais e regulamentares afetos à matéria, em especial o disposto na Seção IV do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação, e ocorrerá no prazo de 3 dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, §3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

9.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, §3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

9.1.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.9. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso não atenda às especificações técnicas ou ainda a documentação apresentada no ato da entrega esteja em desacordo com o Edital.

9.1.10. O produto rejeitado deverá ser recolhido pela empresa no prazo de 5 dias após a notificação pela SES/DF, devendo ser substituído dentro do prazo legal de entrega estipulado neste Termo de Referência.

9.2. LIQUIDAÇÃO

9.2.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida, são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

9.2.2. Para fins de liquidação e pagamento, das despesas oriundas da compra/contratação, considerar-se-á o atesto na nota fiscal previsto para o recebimento provisório, como parâmetro do estabelecimento da ordem cronológica para pagamento.

9.3. PRAZO DE PAGAMENTO

9.3.1. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.1.2. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 dias, contados da data de sua entrega.

10.1.3. Não será aceita proposta cujo valor ofertado seja superior ao teto de preços estabelecido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED): Preço Fábrica (PF) ou Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), de acordo com cada produto. Caso o valor apresentado seja superior ao teto definido para o produto na Tabela CMED vigente na data da proposta, será denunciada aos setores competentes na ANVISA e a proposta será recusada.

10.1.4. O PF é o teto de preço para compra de qualquer medicamento por entes da Administração Pública, quando não aplicável o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP). O PMVG é o resultado da aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica.

10.1.5. O PMVG é o resultado da aplicação do CAP sobre PF, sendo que o CAP, regulamentado pela Resolução vigente, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado quando a compra for motivada por ordem judicial ou a aquisição contemplar medicamentos relacionados na RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2021.

10.1.6. Para as aquisições de medicamentos isentos de ICMS, conforme convênios do CONFAZ ou regulamentação de Laboratórios Oficiais, as propostas deverão contemplar a isenção do tributo.

10.1.7. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

10.1.8. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações do objeto licitado.

10.1.9. A proposta deverá conter:

10.1.9.1. Nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal.

10.1.9.2. Descrição clara e detalhada do objeto (princípio ativo, forma farmacêutica, forma de apresentação), nome comercial, detentor do registro, laboratório fabricante, procedência e país de origem e número (13 dígitos) do registro do produto junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

10.1.10. O item cotado deverá estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

10.1.11. Poderá ser consultada a lista de Empresas e Produtos Irregulares - Medicamentos para verificação de produtos com determinação de suspensão da distribuição, comércio, uso e/ou de recolhimento do estoque existente no mercado, dentre outras não conformidades aventadas nesta lista.

10.1.12. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

10.1.13. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.14. A bula do produto ofertado será consultada no Bulário Eletrônico da ANVISA e será avaliada quanto à conformidade da especificação do produto ofertado com a descrição solicitada:

10.1.15. Caso a bula do medicamento não esteja disponível para consulta no Portal da Anvisa, a empresa proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta, a bula atualizada.

10.1.16. Deverá haver correspondência entre o número de registro contido na bula e o contido na proposta.

10.1.17. Nos casos em que a bula for substituída por rótulo ou folheto (medicamentos de notificação simplificada), estes deverão ser apresentados.

10.1.18. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência.

10.1.18.1. As especificações técnicas da proposta serão avaliadas por um dos membros da Comissão de Pareceristas nomeada pela Diretoria de Assistência Farmacêutica (Diasf).

10.1.19. A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no Apêndice II deste Termo de Referência.

10.2. As cláusulas acima, em sua maioria, são reprodução do texto constante no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

11. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de comprovação da qualificação técnica:

11.1.1. **Certidão de Regularidade Técnica**, vigente e expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado onde se situar a empresa vencedora, conforme Resolução CFF 721/2022.

11.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o **Atestado(s) de Capacidade Técnico- Operacional**, deverá ser apresentado em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação.

11.1.2.1. As informações acima são referenciadas a partir de indicação no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. Os valores estimados para a compra/contratação serão balizados em momento posterior à elaboração deste Termo de Referência, pela área competente para tanto, conforme disposto no Decreto Distrital nº 39.546/2018 (Regimento Interno da SES/DF), seguindo à metodologia estipulada no Decreto distrital nº 44.330/2023 para pesquisa de preço.

12.2. O custo estimado da compra/contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

12.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

12.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art.124, da Lei nº 14.133/2021.

12.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

12.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Conforme disposições constantes no Decreto Distrital nº 44.330/2023, e suas alterações, no caso de registro de preços, a indicação de dotação orçamentária somente será exigida no ato da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

14. APÊNDICES

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar

Apêndice II - Declaração de Compromisso

Apêndice III - Termo de Compromisso de Troca

15. DAS ASSINATURAS

Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 14º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Responsável da área técnica: Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF/SULOG/SES

Responsável pela consolidação das informações no Termo de Referência: Assessoria de Elaboração de Instrumentos de Contratação - ASSEIC/SULOG/SES

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Termo de Referência:

Corroboro o presente Termo de Referência, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Logística em Saúde - SULOG/SES

APÊNDICE I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** que compõe o presente Termo de Referência, enquanto Apêndice, está registrado no **Documento SEI nº 170451579**. O teor do referido estudo não foi incluído no presente Termo de Referência pela incompatibilidade de formatos, uma vez que referido documento é o registro em formato PDF do documento incluído na plataforma ETP Digital, disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (SIASNET). A questão da incompatibilidade de formatos torna inviável a inclusão do ETP no presente documento, visto que o referido é extenso e a inclusão de todas as suas páginas inviabiliza os trabalhos de edição do Termo de Referência, ao menos nos "browsers" corriqueiramente utilizados.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que as avaliações de conformidade do Termo de Referência, considerando o ETP enquanto apêndice, poderão ser realizadas na análise conjunta dos documentos, uma vez que ambos constam na instrução processual. Ademais, não há prejuízo para a divulgação posterior do Edital de Licitação, uma vez que o Edital é divulgado também em formato de PDF e, portanto, ETP poderá ser incluído a parte ou em composição com o Edital.

APÊNDICE II
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço _____, neste ato representada por _____, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, a Autorização de Funcionamento da Empresa/ Autorização Especial (AFE/AE), Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente) e Certificado de Registro do Produto (CRP) sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Distrital nº 44.330/2023.

Informa-se, neste ato, os dados atualizados da empresa para a gestão dos pedidos de aquisição emitidos pela SES/DF:

Representante responsável _____

Setor da empresa responsável pela gestão dos pedidos _____

Telefone e email do setor responsável _____

APÊNDICE III
TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA

Referência: Nota de Empenho nº 20XXNE0XXXX, ARP XXX/20XX-X

Diante da impossibilidade de sua utilização antes do vencimento, uma vez admitido o prazo de validade abaixo dos 75%, a empresa _____, CNPJ _____, telefone nº _____, COMPROMETE-SE perante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a efetuar a substituição do medicamento ou produto para saúde/código SES:

Descrição	Quantidade	Lote	Data de Fabricação	Data de Validade

Compromete-se ainda a proceder com a substituição no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação para troca. O produto oriundo da troca deve apresentar no mínimo 35% do prazo total de validade no momento da entrega.

A compromitente requer que esta Secretaria autorize a entrega nas condições explicitadas, pelos seguintes motivos: _____
e afirma estar ciente de que o não cumprimento de sua obrigação acarretará na aplicação das penalidades cabíveis, previstas em Edital.

Local, ____ de ____ de ____

ANEXO II
PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS
(Pregão eletrônico por Sistema de Registros de Preços)

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	TOTAL POR ITEM
1	38485	607946	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS - AMPLA CONCORRÊNCIA.	TB	36	R\$ 32,4900	R\$ 1.169,6400
2	7764	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	10.800	R\$ 0,6150	R\$ 6.642,0000
3	90278	309530	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE - AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	3.240	R\$ 3,5730	R\$ 11.576,5200
4	693	272083	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	4.320	R\$ 6,6097	R\$ 28.553,9040
5	6675	276961	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	21.600	R\$ 0,8351	R\$ 18.038,1600

6	16216	382197	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	6.480	R\$ 0,8884	R\$ 5.756,8320
7	14085	306145	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	2.160	R\$ 0,8450	R\$ 1.825,2000
8	31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	1.620	R\$ 753,3086	R\$ 1.220.359,9320
9	31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG - VINCULADO AO ITEM 08, COTA 25% ME/EPP.	CP	540	R\$ 753,3086	R\$ 406.786,6440
10	5665	272379	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	7.560	R\$ 0,5400	R\$ 4.082,4000
11	5563	365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G - AMPLA CONCORRÊNCIA.	BS	1.080	R\$ 5,6315	R\$ 6.082,0200
12	34608	406230	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CP	2.160	R\$ 2,3900	R\$ 5.162,4000
13	36009	437006	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10M - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FR	144	R\$ 809,4400	R\$ 116.559,3600
14	35483	430402	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FA	72	R\$ 11.628,7200	R\$ 837.267,8400
15	20313	296657	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	CS	2.160	R\$ 1,1300	R\$ 2.440,8000
16	38424	457612	SENN ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719MG/G FRASCO 250G - AMPLA CONCORRÊNCIA.	FR	36	R\$ 74,2800	R\$ 2.674,0800
17	39331	483781	ZANUBRUTIINIBE CÁPSULA DURA 80MG - AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	6.480	R\$ 268,5985	R\$ 1.740.518,2800
18	39331	483781	ZANUBRUTIINIBE CÁPSULA DURA 80MG - VINCULADO AO ITEM 17, COTA 25% ME/EPP.	UN	2.160	R\$ 268,5985	R\$ 580.172,7600
Valor total Geral				R\$ 4.995.668,7720			

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF

PROCESSO SEI Nº 00060-00595122/2024-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

VALIDADE: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, RESOLVE registrar o preço da empresa _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, na quantidade estimada anual, de acordo com a classificação por ela alcançada no(s) item(ns), observadas as condições do Edital de Pregão Eletrônico nº _____ (ID SEI), da Proposta de Preços (ID SEI), que integra este instrumento de registro, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos pertencentes ao Grupo 0936 - MEDICAMENTOS CADASTRADOS DE COMPRA ESPECIFICA, de modo a suprir as demandas de Determinações do Poder Judiciário que obtiveram provimento mesmo que por sede de tutela antecipada, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O Sistema de registro de Preços não obriga a compra ou contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:				
CGC/CNPJ:	INSC ESTADUAL:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA-CORRENTE
TELEFONE:				
CEP:		E-MAIL:		
SÓCIO-DIRETOR:		RG:	CPF:	
PROCURADOR:		RG:	CPF:	

ITEM	CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	APRESENT	QUANT.	VALOR	
	SES	BR						UNITÁRIO	TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à SES-DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

3.2. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à Diretoria de Programação de Medicamentos e Insumos para a Saúde - SES/SULOG/DIPRO.

3.3. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O local de entrega será no(a) FARMÁCIA CENTRAL, localizado(a) no PARQUE DE APOIO – SES-DF, SIA/SAPS, BLOCO G, LOTE 06, CEP: 71215-000 e/ou no(a) NÚMERO (Núcleo de Medicamentos Básicos e Estratégicos) localizado(a) no SIA Trecho 4, Lotes 1.840 a 1.890, CEP 71200-040, de segunda a sexta no horário de Funcionamento: 08h às 12h e das 13h às 17h, de acordo com Anexo I do Edital de Pregão nº _____, em até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da publicação da Nota de Empenho no DODF, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.14.2. mantiverem sua proposta original.

5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.16. O registro a que se refere o item 5.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1.3 e 9.1.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VIII - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

8.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

8.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 8.1.

8.7. Dos limites para as adesões:

8.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

8.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

8.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

9. CLÁUSULA IX - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. for liberado pela Administração Pública;
- 9.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- 9.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;
- 9.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

10. CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CLÁUSULA XI - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho em substituição ao Contrato Administrativo, conforme condições estabelecidas em edital.

12. CLÁUSULA XII - CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

12.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

NOME SIGNATÁRIO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

NOME SIGNATÁRIO

LICITANTE VENCEDOR

PROCESSO SEI Nº 00060-00595122/2024-33				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____				
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF				
1º LUGAR				
EMPRESA:				
CGC/CNPJ:	INSC ESTADUAL:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA-CORRENTE
TELEFONE:				
CEP:		E-MAIL:		

SÓCIO-DIRETOR:	RG:	CPF:
PROCURADOR:	RG:	CPF:

ITEM	CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	APRESENT	QUANT.	VALOR	
	SES	BR						UNITÁRIO	TOTAL

ANEXO “A” - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

PROCESSO SEI Nº 00060-00595122/2024-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF

2º LUGAR E DEMAIS LUGARES

EMPRESA:

CNPJ:

ITEM	CÓDIGO SES	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

PROCESSO SEI Nº 00060-00595122/2024-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF

3º LUGAR E DEMAIS LUGARES

EMPRESA:

CNPJ:

ITEM	CÓDIGO SES	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como

https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao_retorno=procedimento_co... 30/32

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA que não incorre nas vedações** previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº ____ /20__

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

PROPONENTE:..... CNPJ:.....
ENDEREÇO:..... CIDADE:.....
TELEFONE:BANCO:AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:
PRAÇA DE PAGAMENTO:.....

ITEM	PRODUTO	QTDE OFERTADA	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ FRETE	VALOR TOTAL C/ FRETE
ICMS= % - R\$					
CONFINS= % - R\$					
PIS= % - R\$					
PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA					
LOCAL DA ENTREGA:					

DADOS RELACIONADOS COM O PRODUTO PRAZO DE VALIDADE: TEMPERATURA DE ARMAZENAGEM: Quantidade de Unidades por Embalagem Primária; Quantidade de embalagens primárias por embalagem secundária: A. Peso bruto da embalagem secundária;

B. Medidas da embalagem secundária: Comprimento x Largura x Altura (C x L x A). Quantidade de embalagens secundárias por embalagem terciária (embalagem de transporte);
PROPOSTA DATA: ASS. REPRES. LEGAL DA EMPRESA:
FABRICANTE NOME: ENDEREÇO: ATENÇÃO: Todos os dados indicados neste modelo devem constar da proposta

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.saude.df.gov.br

Estudo Técnico Preliminar 27/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00060-00595122/2024-33

2. Descrição da necessidade

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para aquisição de insumos não-padronizados a pacientes que ajuizaram ação judicial e obtiveram provimento mesmo que por sede de tutela antecipada, ainda vigente.

O Registro de Preços faz-se necessário visto que o Administrador Público deve cumprir com exatidão as decisões judiciais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação, sob pena de sanções civis, administrativas e penais, a exemplo do crime de desobediência, art. 330, do Código Penal.

Os bens contemplados nesta contratação referem-se a medicamentos demandados nas decisões judiciais, conforme lista de pacientes cadastrados e ativos no NUFAJ Documento SEI nº 00060-00000624/2024-99.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Programação de Medicamentos e Insumos para a Saúde - DIPRO/SULOG/SES	Tatiane Araújo Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

OBJETO			
CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE DE FORNECIMENTO
38485	607946	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS	TUBO
7764	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG	COMPRIMIDO
90278	309530	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE	UNIDADE

693	272083	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG	COMPRIMIDO
6675	276961	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG	COMPRIMIDO
16216	382197	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG	COMPRIMIDO
14085	306145	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG	COMPRIMIDO
31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG	COMPRIMIDO
5665	272379	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG	COMPRIMIDO
5563	365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G	BISNAGA
34608	406230	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG	COMPRIMIDO
36009	437006	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML	FRASCO
35483	430402	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA	FRASCO-AMPOLA
20313	296657	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG	CAPSULA
38424	457612	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719 MG/G FRASCO 250G	FRASCO
39331	483781	ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG	UNIDADE

DO OBJETO

Havendo divergência entre a especificação constante no ETP e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do ETP. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

De acordo com a Resolução da CMED nº 3, de 2 de março de 2011, as distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias, **deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos medicamentos comprados por força de ação judicial.** O CAP é um desconto mínimo obrigatório a ser

aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.

As informações abaixo encontram-se resumidas na tabela abaixo. O teto estabelecido pela CMED (Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos) a ser aplicado poderá ser:

- PF 17% para medicamentos sem aplicação do CAP e sem isenção de ICMS;
- PF 0% para medicamentos sem aplicação do CAP e com isenção de ICMS;
- PMVG 17% para medicamentos com aplicação do CAP e sem isenção de ICMS;
- PMVG 0% para medicamentos com aplicação do CAP e com isenção de ICMS.

CÓDIGO SES	DESCRIÇÃO COMPLETA	CAP	ISENTO DE ICMS	TETO CMED
38485	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS	SIM	NÃO	PMVG17%
7764	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG	SIM	NÃO	PMVG17%
90278	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE	SIM	NÃO	PMVG17%
693	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG	SIM	SIM (CONVÊNIO CONFAZ 99/10)	PMVG0
6675	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG	SIM	NÃO	PMVG17%
16216	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG	SIM	NÃO	PMVG17%
14085	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG	SIM	NÃO	PMVG17%
31724	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG	SIM	NÃO*	PMVG17%
5665	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG	SIM	NÃO	PMVG17%
5563	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G	SIM	NÃO	PMVG17%
34608	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG	SIM	NÃO	PMVG17%
		SIM	NÃO	PMVG17%

36009	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML			
35483	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA	SIM	NÃO	PMVG17%
20313	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG	SIM	NÃO	PMVG17%
38424	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719 MG/G FRASCO 250G	SIM	NÃO	PMVG17%
39331	ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG	SIM	NÃO	PMVG17%

*O item **consta** no Anexo Único do Convênio ICMS nº 132, de 03 de setembro de 2021 – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, mas a **isenção fiscal não se aplica** a esse medicamento, pois esse convênio não foi homologado pelo Distrito Federal, até a presente data.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega.

Não será aceita proposta cujo valor ofertado seja superior ao teto de preços estabelecido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED): Preço Fábrica (PF) ou Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), de acordo com cada produto. Caso o valor apresentado seja superior ao teto definido para o produto na Tabela CMED vigente na data da proposta, será denunciada aos setores competentes na Anvisa e a proposta será recusada.

O PF é o teto de preço para compra de qualquer medicamento por entes da Administração Pública, quando não aplicável o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP). O PMVG é o resultado da aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica.

O PMVG é o resultado da aplicação do CAP sobre PF, sendo que o CAP, regulamentado pela Resolução vigente, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado quando a compra for motivada por ordem judicial ou a aquisição contemplar medicamentos relacionados na RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2021.

Para as aquisições de medicamentos isentos de ICMS, conforme convênios do CONFAZ ou regulamentação de Laboratórios Oficiais, as propostas deverão contemplar a isenção do tributo.

As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações do objeto licitado.

A proposta deverá conter:

1. Nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
2. Descrição clara e detalhada do objeto (princípio ativo, forma farmacêutica, forma de apresentação), nome comercial, detentor do registro, laboratório fabricante, procedência e país de origem e número (13 dígitos) do registro do produto junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

O item cotado deverá estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela Anvisa.

Poderá ser consultada a lista de Empresas e Produtos Irregulares - Medicamentos para verificação de produtos com determinação de suspensão da distribuição, comércio, uso e/ou de recolhimento do estoque existente no mercado, dentre outras não conformidades aventadas nesta lista.

A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste ETP.

A bula do produto ofertado será consultada no Bulário Eletrônico da Anvisa e será avaliada quanto à conformidade da especificação do produto ofertado com a descrição solicitada. Caso a bula do medicamento não esteja disponível para consulta no Portal da Anvisa, a empresa proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta, a bula atualizada.

Deverá haver correspondência entre o número de registro contido na bula e o contido na proposta.

Nos casos em que a bula for substituída por rótulo ou folheto (medicamentos de notificação simplificada), estes deverão ser apresentados.

É indispensável o parecer técnico para os produtos deste ETP.

As especificações técnicas da proposta serão avaliadas por um dos membros da Comissão de Pareceristas nomeada pela **Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIASF/SULOG/SES**.

A empresa deverá apresentar **Declaração** comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a AFE/AE (Autorização de Funcionamento de Empresa / Autorização Especial), Licença Sanitária e Certificado de Registro do Produto

DAS AMOSTRAS

Para os itens descritos neste ETP não haverá a necessidade de solicitação de amostras.

DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Certidão de Regularidade Técnica vigente expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado onde se situar a empresa vencedora, conforme Resolução CFF 721/2022.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, o **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, deverá ser apresentado em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação.

Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original com cópia para autenticação de servidor designado pela SES-DF ou cópia autenticada por cartório competente, bem como admite-se documento passível de autenticação eletrônica.

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Documentos a serem apresentados no momento da assinatura do contrato/Ata de Registro de Preços/emissão da nota de empenho.

O fornecedor que sagrar-se vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, no momento da assinatura do contrato e/ou após emissão da Nota de Empenho:

Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nos termos da RDC 16, de 1º de abril de 2014 e suas atualizações, correspondente ao tipo de produto ofertado. No caso de medicamento ou substância sujeita a controle especial, deverá ser apresentada Autorização Especial (AE). Em todos os casos, a Autorização deverá contemplar atividade de "distribuição" ou "fabricação", pois esta possui a atividade de distribuição como inerente, de acordo com critérios definidos pela Anvisa e

publicados por meio de seu Portal na rede mundial de computadores. A AFE ou AE poderá ser apresentada por meio de cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) - destacando a empresa - ou por meio de cópia de espelho de consulta disponível no sítio da Anvisa;

Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

Certificado de Registro do Produto, em plena validade, podendo ser cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União (identificando o item em questão) ou impresso por meio eletrônico do site da Anvisa atualizado, conforme Lei nº 6.360/76. Caso o registro esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com o Certificado de Registro, o protocolo de revalidação, requerida com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses do dia do vencimento do registro (RDC nº 212/2018), acompanhado dos Formulários de Petição 1 e 2 referentes ao produto;

Caso o medicamento venha acompanhado de algum dispositivo e/ou solução diluente/ infusão não contemplado no seu registro original (exemplo: equipos especiais para infusão, bolsas com solução de infusão entre outros), a licitante deverá fornecer cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro de Produto referente a esse dispositivo ou impresso por meio eletrônico do site da Anvisa, em plena validade;

Caso o item cotado seja um medicamento de notificação simplificada deverá ser apresentada cópia da notificação atualizada, em plena validade e com status “ativa”, que é divulgada no site da Anvisa, atendendo os requisitos RDC nº 576/2021 e suas alterações;

O parecerista, em sede de diligência, servir-se-á de consulta à Anvisa ou utilizará qualquer outro meio oficial pertinente, como o DOU.

O item cotado deverá estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela Anvisa.

Não será aceita documentação vencida.

Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original com cópia para autenticação de servidor designado pela SES-DF ou cópia autenticada por cartório competente, bem como admite-se documento passível de autenticação eletrônica.

Indicação de marcas ou modelos

Para a presente contratação não há necessidade de indicação de marca ou modelo.

Da vedação de contratação de marca/produto

Para a presente contratação não há necessidade de vedação de marca.

Da exigência de carta de solidariedade

Para a presente contratação não há necessidade de exigência de carta de solidariedade.

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de mercado

Para confirmar as marcas/apresentações disponíveis no mercado brasileiro foi realizada consulta à lista atualizada da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (CMED) (publicada em 05/02/2025) referenciando o status de comercialização pelo detentor do registro no ano de 2023. Ademais, verificou-

se se há alguma notificação de descontinuação ativa (temporária ou definitiva) de fabricação no Pannel de Descontinuação da Anvisa.

Ressalta-se que muitos podem ser os motivos da falta de um determinado medicamento no mercado. Uma das possíveis causas é a descontinuação temporária ou definitiva de fabricação. Conforme preconiza a RDC 18, de 04/04/2014, os fabricantes devem informar à Anvisa essa interrupção, com, no mínimo, seis meses de antecedência ou, ainda, doze meses, no caso de medicamentos que possam causar desabastecimento de mercado.

Consultas realizadas em 11/02/2025.

* É fundamental destacar que o teto CMED a ser considerado (PF ou PMVG, na alíquota 0% ou 17%) **é o preço máximo** pelo qual um laboratório ou distribuidor **pode comercializar** um medicamento no mercado brasileiro. No entanto, esses valores não necessariamente refletem os preços praticados no mercado.

A lista de preços regulamentados pela CMED é atualizada mensalmente e está disponível para consulta na página da Anvisa.

Vale lembrar que essas condições podem variar ao longo do tempo, acompanhando a dinâmica do mercado e a entrada de novos fabricantes que ofereçam o mesmo produto.

38485 - DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTI ATIVA
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO	30.872.270 /0001-53	PF CONSUMER HEALTHCARE BRAZIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1929000080137	CATAFLAMPRO	23,2 MG/G GEL CT TB AL LAMIN X 50 G	Sim	Não

Trata-se de item com fabricante único.

7764 - DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
HESPERIDINA; DIOSMINA	17.159.229 /0001-76	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	1037002670024	VENAFLO	(450 + 50) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	17.159.229 /0001-76	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	1037002670032	VENAFLO	(450 + 50) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	17.159.229 /0001-76	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	1037002670040	VENAFLO	(450 + 50) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	30.222.814 /0001-31	VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1039202090011	BIOVARIXON	450MG + 50MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	30.222.814 /0001-31	VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1039202090028	BIOVARIXON	450MG + 50MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Sim	Não

HESPERIDINA; DIOSMINA	56.998.701 /0001-16	ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA	1055303860025	VONFLUX	450 + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC /PVDC TRANS X 30	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	56.998.701 /0001-16	ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA	1055303860033	VONFLUX	450 + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC /PVDC TRANS X 60	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057300380010	VENOXIDE	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057300380029	VENOXIDE	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057300380037	VENOXIDE	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057302480012	DIOSMIN	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057302480020	DIOSMIN	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057302480039	DIOSMIN	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057303830076	DIOSMIN SDU	900 MG + 100 MG GRAN CT 7 SACH X 5 G (SABOR LARANJA /LIMÃO)	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	92.695.691 /0001-03	KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A	1068902060011	DIOPLEX DH	450 MG + 50 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE /PVDC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	92.695.691 /0001-03	KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A	1068902060028	DIOPLEX DH	450 MG + 50 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE /PVDC TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	49.475.833 /0001-06	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	1097401240051	FLAVENOS	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 60	Sim	Não

HESPERIDINA; DIOSMINA	49.475.833 /0001-06	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	1097402500030	DIOEH	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	17.562.075 /0001-69	CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA	1156001910024	VARIFLUX	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	17.562.075 /0001-69	CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA	1156001910032	VARIFLUX	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	17.562.075 /0001-69	CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA	1156001910040	VARIFLUX	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235202740014	VEERE	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235202740022	VEERE	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235202740030	VEERE	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	02.501.297 /0001-02	PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A	1410706500014	WENO DH	(450 + 50) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE /PVDC TRANS X 30	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	02.501.297 /0001-02	PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A	1410706500022	WENO DH	(450 + 50) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE /PVDC TRANS X 60	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	02.814.497 /0001-07	CIMED INDUSTRIA S.A.	1438102430037	WARYZ	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	02.814.497 /0001-07	CIMED INDUSTRIA S.A.	1438102430053	WARYZ	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	09.545.589 /0001-88	MABRA FARMACEUTICA LTDA	1779400340024	CONDUVAZ	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	09.545.589 /0001-88	MABRA FARMACEUTICA	1779400340032	CONDUVAZ	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC	Sim	Não

		LTDA			TRANS X 60		
HESPERIDINA; DIOSMINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781708290015	VELUNID	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781708290023	VELUNID	450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Sim	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832604040010	CONVIVANCE	450 + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Não	Não
HESPERIDINA; DIOSMINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832604040029	CONVIVANCE	450 + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Não	Não

90278 - GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
SULFATO DE GLICOSAMINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023509830069	SULGLIC	1,5 G PÓ SOL OR CT 30 ENV AL /PLAS X 3,95 G	Não	Definitiva
SULFATO DE GLICOSAMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057304030022	GLICOLIVE	1500 MG PÓ OR CT 10 ENV PAPEL PLAS AL PLAS X 3,95G	Não	Definitiva
SULFATO DE GLICOSAMINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057304030030	GLICOLIVE	1500 MG PÓ OR CT 30 ENV PAPEL PLAS AL PLAS X 3,95G	Sim	Definitiva
SULFATO DE GLICOSAMINA	92.265.552 /0009-05	MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMAC LTDA	1181904320063	ORTOSAMIN	1,5 G PO SOL CT 30 ENV AL/PLAS PE X 3,95G	Não	Não
SULFATO DE GLICOSAMINA	55.980.684 /0001-27	ADIUM S.A.	1221400310105	DINAFLEX	1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL	Não	Não
SULFATO DE GLICOSAMINA	00.923.140 /0001-31	EMS SIGMA PHARMA LTDA	1356902800205	ARTOGLICO	1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV PAP /AL/PLAS	Sim	Não
SULFATO DE GLICOSAMINA	00.923.140 /0001-31	EMS SIGMA PHARMA LTDA	1356905550064	SULFATO DE GLICOSAMINA	1,5 G PO SOL OR CT 30 ENV AL PLAS X 3,95 G	Sim	Não
SULFATO DE	05.044.984	LEGRAND PHARMA	1677301310061	OSTEOGLIC	1,5 G PÓ SOL OR CT 30 ENV AL	Não	Definitiva

GLICOSAMINA	/0001-26	INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA			PLAS X 3,95 G		
SULFATO DE GLICOSAMINA	11.643.096 /0001-22	VIATRIS FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	1883000350027	GLUCOREUMIN	1500 MG PO SOL OR CT 10 SACH X 3,95 G	Não	Não
SULFATO DE GLICOSAMINA	11.643.096 /0001-22	VIATRIS FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	1883000350035	GLUCOREUMIN	1500 MG PO SOL OR CT 30 SACH X 3,95 G	Sim	Não
SULFATO DE GLICOSAMINA	11.643.096 /0001-22	VIATRIS FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	1883000350061	GLUCOREUMIN	1500 MG PO SOL OR CT 90 SACH X 3,95 G	Não	Não

693 - SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
CLORIDRATO DE SEVELÂMER	44.734.671 /0001-51	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	1029804110011	CLORIDRATO DE SEVELAMER	800MG COM REV CT FR PLAS OPC X 180	Não	Não
CLORIDRATO DE SEVELÂMER	44.734.671 /0001-51	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	1029804120017	SEVCLOT	800 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 180	Sim	Não
CLORIDRATO DE SEVELÂMER	33.781.055 /0001-35	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	1106301380016	CLORIDRATO DE SEVELAMER	800 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 180	Sim	Não
CLORIDRATO DE SEVELÂMER	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832604450014	RENAGEL	800 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 180	Sim	Não
CLORIDRATO DE SEVELÂMER	13.078.518 /0001-90	FUNDAÇÃO BAIANA DE PESQ. CIENTIFICA E DESENV. TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS- BAHIAFARMA	1988300020011	CLORIDRATO DE SEVELAMER	800 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 180	Não	Não

6675 - TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
CLORIDRATO DE TIZANIDINA	61.286.647 /0001-16	SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	1004706590048	SIRDALUD	2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE TIZANIDINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235201960029	CLORIDRATO DE TIZANIDINA	2 MG COM CT BL AL PLAS PVC /PVDC OPC X 30	Sim	Não

16216 - TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUA ATIVA
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004314770095	VASCOR MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004314770133	VASCOR MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004314770151	VASCOR MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004314800131	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004314800156	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720015	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720023	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720031	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720041	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720058	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720066	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512720074	NEOVANGY MR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512780018	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512780026	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512780034	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15	Não	Não
DICLORIDRATO DE	57.507.378	EMS S/A	1023512780042	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS	Não	Não

TRIMETAZIDINA	/0003-65				PVDC TRANS X 20		
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512780050	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512780069	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512780077	QUICARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	43.312.503 /0001-05	SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A	1037203110093	MUSKARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	43.312.503 /0001-05	SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A	1037203110131	MUSKARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	43.312.503 /0001-05	SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A	1037203110158	MUSKARD	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057307580074	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057307580082	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057307590053	SOANZA XR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 10	Não	Sim
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057307590071	SOANZA XR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30	Não	Sim
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057307590088	SOANZA XR	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 60	Não	Sim
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150016	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150024	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150032	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150040	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150059	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Não	Não

DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150067	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309150075	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350015	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350023	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350031	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350041	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350058	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350066	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309350074	HERZATEN	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	42.374.207 /0001-76	LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA	1127800550062	VASTAREL	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	42.374.207 /0001-76	LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA	1127800550089	VASTAREL	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	42.374.207 /0001-76	LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA	1127800810043	TIRISQUIN /TIRISQUIN MR	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	42.374.207 /0001-76	LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA	1127800810061	TIRISQUIN /TIRISQUIN MR	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	42.374.207 /0001-76	LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA	1127800810086	TIRISQUIN /TIRISQUIN MR	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	02.501.297 /0001-02	PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A	1410701130065	VAZIDIN	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	02.501.297 /0001-02	PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A	1410701130081	VAZIDIN	35 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60	Sim	Não
DICLORIDRATO DE	05.161.069	BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E	1558406780020	DICLORIDRATO DE	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS	Não	Não

TRIMETAZIDINA	/0001-10	FARMACEUTICA S.A.		TRIMETAZIDINA	PVC/PVDC TRANS X 30		
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.161.069 /0001-10	BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A.	1558406780039	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930011	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930021	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930038	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930046	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930054	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930062	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677305930070	ESKEMICO	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781709670016	ZISQUE	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781709670032	ZISQUE	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832604960012	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 30	Sim	Não
DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832604960020	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA	35 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 60	Sim	Não

14085 - VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
VALSARTANA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004310910054	VARTAZ	160 MG COM REV CT BL AL AL X 15	Não	Não
VALSARTANA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004310910062	VARTAZ	160 MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	61.190.096	EUROFARMA	1004313330067	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL	Sim	Não

	/0001-92	LABORATORIOS S.A.			AL X 30		
VALSARTANA	56.994.502 /0001-30	NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A	1006800650098	DIOVAN	160 MG COM REV CT BL AL AL X 14	Não	Não
VALSARTANA	56.994.502 /0001-30	NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A	1006800650111	DIOVAN	160 MG COM REV CT BL AL AL X 28	Sim	Não
VALSARTANA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023510120266	VALSARTANA	160MG COM REV CT BL AL AL X 30	Não	Não
VALSARTANA	17.159.229 /0001-76	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S /A	1037007200247	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL PLAS PCTFE TRANS X 30	Sim	Não
VALSARTANA	43.312.503 /0001-05	SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A	1037202590067	AVAL	160 MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057304340031	BRAVAN	160 MG COM REV CT BL AL /AL X 10	Não	Não
VALSARTANA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057304340048	BRAVAN	160 MG COM REV CT BL AL /AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057306470046	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL /AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058308420125	VALSARTANA	160MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	92.265.552 /0009-05	MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMAC LTDA	1181903710070	VALSARTANA	160MG COM REV CT BL AL AL X 30	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700350062	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL AL X 20	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700350070	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700350089	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL AL X 60	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700350194	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL AL X 14	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700350208	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL AL X 28	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA	1351700350216	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL	Não	Não

	/0007-19	FARMACEUTICA			AL X 56		
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700400061	ARTEROX	160 MG COM REV CT BL AL AL X 20	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700400078	ARTEROX	160 MG COM REV CT BL AL AL X 30	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700400086	ARTEROX	160 MG COM REV CT BL AL AL X 60	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700400191	ARTEROX	160 MG COM REV CT BL AL AL X 14	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700400205	ARTEROX	160 MG COM REV CT BL AL AL X 28	Não	Não
VALSARTANA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700400213	ARTEROX	160 MG COM REV CT BL AL AL X 56	Não	Não
VALSARTANA	00.923.140 /0001-31	EMS SIGMA PHARMA LTDA	1356906960126	BRASART	160MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	00.923.140 /0001-31	EMS SIGMA PHARMA LTDA	1356906960134	BRASART	160MG COM REV CT BL AL AL X 60	Sim	Não
VALSARTANA	02.814.497 /0001-07	CIMED INDUSTRIA S. A.	1438102390140	VALSARTANA	160 MG COM REV CT STR AL X 30	Sim	Não
VALSARTANA	05.161.069 /0001-10	BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S. A.	1558404160327	VALSARTANA	160 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não

31724 - VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
VANDETANIBE	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832603260025	CAPRELSA	300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Sim

Item com fabricante único. Descontinuação ativa, pode dificultar a aquisição.

5665 - VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004309400129	VENLAXIN XR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004309400137	VENLAXIN XR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60	Sim	Não

CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004309400171	VENLAXIN XR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004311470120	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	46.070.868 /0036-99	LABORATORIOS PFIZER LTDA	1021602700084	EFEXOR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512770136	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 7	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512770144	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 14	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512770152	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 15	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512770160	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512770179	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512770187	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 60	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	44.734.671 /0001-51	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	1029804490124	VENSATE LP	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	44.734.671 /0001-51	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	1029804490175	VENSATE LP	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	17.159.229 /0001-76	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	1037007630012	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	33.173.097 /0002-74	CELLERA FARMACEUTICA S.A.	1044002000129	VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30	Não	Sim
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	33.078.528 /0001-32	TORRENT DO BRASIL LTDA	1052500140055	VENLIFT OD	75 MG CAP GEL DURA BL AL AL X 7	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	33.078.528 /0001-32	TORRENT DO BRASIL LTDA	1052500140098	VENLIFT OD	75 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	33.078.528 /0001-32	TORRENT DO BRASIL LTDA	1052500140128	VENLIFT OD	75 MG CAP GEL DURA CT BL AL AL X 60	Não	Não
CLORIDRATO	33.078.528	TORRENT DO BRASIL		CLORIDRATO DE	75 MG CAP DURA LIB		

DE VENLAFAXINA	/0001-32	LTDA	1052500680076	VENLAFAXINA	PROL CT BL AL AL X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	33.078.528 /0001-32	TORRENT DO BRASIL LTDA	1052500680106	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL AL X 60	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	17.115.437 /0001-73	LABORATORIO GLOBO SA	1053502360042	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	60.659.463 /0029-92	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	1057306040051	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA (PORT. 344/98 L-C1)	75 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 28	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309090171	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	92.265.552 /0009-05	MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMAC LTDA	1181902370128	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235202050166	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG COM CT BL AL AL X 28	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235202050174	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG COM CT BL AL AL X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	73.856.593 /0001-66	PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	1256803210020	MYLETIN	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 15	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	73.856.593 /0001-66	PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	1256803210039	MYLETIN	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	00.923.140 /0001-31	EMS SIGMA PHARMA LTDA	1356905160150	VENFORIN	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 15	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	00.923.140 /0001-31	EMS SIGMA PHARMA LTDA	1356905160177	VENFORIN	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	04.301.884 /0001-75	AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA	1516700600012	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 7	Não	Sim
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	04.301.884 /0001-75	AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA	1516700600020	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 14	Não	Sim
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	04.301.884 /0001-75	AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA	1516700600039	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 28	Não	Sim
CLORIDRATO	04.301.884	AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA		CLORIDRATO DE	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS		

DE VENLAFAXINA	/0001-75	FARMACÊUTICA LIMITADA	1516700600047	VENLAFAXINA	PVC/PE/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	03.485.572 /0001-04	GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A	1542302500122	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	03.485.572 /0001-04	GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A	1542302500221	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 300	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	05.161.069 /0001-10	BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A.	1558405980042	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	05.254.971 /0001-81	ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA	1565100970046	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832600100019	ALENTUS XR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 15	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832600100027	ALENTUS XR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832601320020	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	75 MG CAP GEL DURA LIB CONTROL CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	11.643.096 /0001-22	VIATRIS FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	1883000810044	EFEXOR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7	Não	Não
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA	11.643.096 /0001-22	VIATRIS FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	1883000810060	EFEXOR	75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30	Sim	Não

5563 - SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUA ATIVA
LAURILSULFATO DE SÓDIO;SORBITOL	92.695.691 /0001-03	KLEY HERTZ FARMACEUTICA S. A	1068901990013	ENEMIN	714 MG / G + 7,70 MG/G SOL RET CT 7 BG PLAS OPC 6,5 G	Sim	Não
SORBITOL 70 %; LAURIL SULFATO DE SÓDIO	61.190.096 /0001-92	EUOFARMA LABORATORIOS S. A.	1004314040038	MINILAX	714,0 MG/G + 7,70 MG/G SOL RET CT 7 BG PLAS PEBD /PEBDL OPC X 6,5 G	Sim	Não
SORBITOL 70 %; LAURIL SULFATO DE SÓDIO	61.190.096 /0001-92	EUOFARMA LABORATORIOS S. A.	1004314040062	MINILAX	714,0 MG/G + 7,70 MG/G SOL RET CT 7 BG PLAS PEBD /PEBDL OPC X 6,5 G	Sim	Não

34608 - SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUA ATIVA
SUCCINATO	61.190.096	EUOFARMA			5 MG COM REV CT BL AL PLAS		

DE SOLIFENACINA	/0001-92	LABORATORIOS S. A.	1004314930041	INVOLU	PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512580027	IMPERE	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512580043	IMPERE	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	Sim	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	49.475.833 /0001-06	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	1097403610042	SOLLY	5 MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	49.475.833 /0001-06	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	1097403620048	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL AL X 30	Sim	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	73.663.650 /0001-90	RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA	1235202520014	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	64.171.697 /0001-46	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	1553701050010	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 6	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	64.171.697 /0001-46	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	1553701050029	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	64.171.697 /0001-46	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	1553701050037	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	64.171.697 /0001-46	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	1553701050045	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	64.171.697 /0001-46	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	1553701050053	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	64.171.697 /0001-46	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	1553701050061	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90	Não	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	05.161.069 /0001-10	BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S. A.	1558406690013	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
SUCCINATO	07.768.134	ASTELLAS FARMA BRASIL IMPORTAÇÃO E			5MG COM REV		

DE SOLIFENACINA	/0001-04	DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1771700020021	VESICARE	CT BL AL PLAS X 10	Não	Sim
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	07.768.134 /0001-04	ASTELLAS FARMA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1771700020046	VESICARE	5MG COM REV CT BL AL PLAS X 30	Sim	Não
SUCCINATO DE SOLIFENACINA	10.588.595 /0010-92	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	1832604920045	SUCCINATO DE SOLIFENACINA	5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não

36009 - TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
TETRAIDROCANABINOL; CANABIDIOL	31.327.287 /0001-92	BIOPAS BRASIL PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	1897700060013	MEVATYL	27 MG/ML + 25 MG/ML SOL SPR BUC CT 3 FR VD AMB X 10 ML	Não	Não

Trata-se de item com fabricante único.

35483 - TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
TRASTUZUMABE ENTANSINA	33.009.945 /0001-23	PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S. A.	1010006590023	KADCYLA	160 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS	Sim	Não

Trata-se de item com fabricante único.

20313 - TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004310870011	TRIMEB	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 20	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004310870028	TRIMEB	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004310870036	TRIMEB	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 60	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004311440027	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.190.096 /0001-92	EUROFARMA LABORATORIOS S.A.	1004311440035	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 60	Sim	Não
MALEATO DE	57.507.378	EMS S/A	1023512900013	MALEATO DE	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC	Não	Não

TRIMEBUTINA	/0003-65			TRIMEBUTINA	TRANS X 20		
MALEATO DE TRIMEBUTINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512900021	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023512900031	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023513050013	TRIMEXIUM	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023513050021	TRIMEXIUM	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	57.507.378 /0003-65	EMS S/A	1023513050031	TRIMEXIUM	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309530013	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309530021	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	45.992.062 /0001-65	GERMED FARMACEUTICA LTDA	1058309530031	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	72.593.791 /0001-11	NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A	1267503460019	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	72.593.791 /0001-11	NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A	1267503460027	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	72.593.791 /0001-11	NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A	1267503460035	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700040020	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700040039	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 60	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700050026	IRRITRATIL	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700050034	IRRITRATIL	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 60	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	48.344.725 /0007-19	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA FARMACEUTICA	1351700050042	IRRITRATIL	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 10	Não	Não
MALEATO DE	48.344.725	ALTHAIA S.A. INDUSTRIA	1351700050050	IRRITRATIL	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X	Não	Não

TRIMEBUTINA	/0007-19	FARMACEUTICA			15		
MALEATO DE TRIMEBUTINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677306200017	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677306200025	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677306200033	MALEATO DE TRIMEBUTINA	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677306230013	MODULATRI	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677306230021	MODULATRI	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	05.044.984 /0001-26	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	1677306230031	MODULATRI	200 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60	Não	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781701130020	DIGEDRAT	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 20	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781701130039	DIGEDRAT	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30	Sim	Não
MALEATO DE TRIMEBUTINA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781701130047	DIGEDRAT	200 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 60	Sim	Não

38424 - SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719MG/G FRASCO 250G

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
SENN A ALEXANDRINA MILL.;CASSIA FISTULA	61.082.426 /0002-07	COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.	1781700230171	TAMARINE	(4,878 + 4,719) MG GEL CT FR PLAS PE OPC X 250 G + COL (SUCRALOSE)	Sim	Não

Trata-se de item com fabricante único.

39331 - ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG

SUBSTÂNCIA	CNPJ	LABORATÓRIO	REGISTRO	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO 2023	DESCONTINUAÇÃO ATIVA
ZANUBRUTINIBE	30.763.301 /0001-38	BEIGENE BRASIL LTDA.	1864200010010	BRUKINSA	80 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 120	Sim	Não

Trata-se de item com fabricante único.

6. Descrição da solução como um todo

Os itens a serem contratados enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, definidos na Lei nº 14.133 /2021, em seu Art. 6º, como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 44.330/2023, a licitação de bens desta natureza deverá ser realizada obrigatoriamente pela modalidade pregão eletrônico, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Para a contratação dos bens, será adotado o Sistema de Registro de Preço - SRP, uma vez que, conforme previsto no Art. 190, do Decreto nº 44.330/2023, este procedimento será utilizado preferencialmente em casos de: "I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes", além de “V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

Vários fatores contribuem para a variabilidade do quantitativo necessário dos itens para atender às demandas judiciais, como a especificidade dos tratamentos, baixo número de pacientes, suspensão a qualquer tempo do tratamento por indicação médica, revogação das decisões, desistência do tratamento, óbitos, dentre outros. Geralmente, as determinações judiciais preveem o fornecimento dos fármacos por tempo indeterminado, condicionando à apresentações regulares de laudo médico para verificar a necessidade de continuidade da utilização do medicamento.

O Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços – SRP embora possa ser menos célere que a contratação por meio de Dispensa de Licitação, é o procedimento mais vantajoso economicamente para a Administração, tendo em vista à economia em escala que se terá com o registro dos medicamentos para 12 (doze) meses, bem como a possibilidade de pronto atendimento às demandas judiciais.

Visto que os prazos para cumprimento são determinados em dias, ou até mesmo horas, surge o desafio de dar celeridade aos processos de aquisição para cumprimento de decisões judiciais. A possibilidade de aquisição apenas dos quantitativos necessários ao atendimento das demandas judiciais de forma contínua visa garantir que não falte medicamento durante o tratamento, bem como, não haja aquisições além do necessário.

Cabe ressaltar ainda que a formalização de Ata de Registro de Preço não gera obrigatoriedade da Administração em contratar todo o quantitativo licitado e, portanto, não compromete recurso que seria destinado à aquisição de bens de consumo padronizados, pois não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, a qual somente será exigida para a formalização por meio de Nota de Empenho de despesa.

Dessa forma, a solução da presente demanda será atendida por meio de Atas de Registro de Preços, as quais serão formalizadas por meio de Nota de Empenho de despesa.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos a serem contratados são baseados no Consumo Médio Mensal - CMM de cada item, obtido a partir do somatório do consumo mensal de cada paciente com ação judicial vigente acrescido a doses de ataque, quando se aplicar. O resultado é, então, multiplicado por 12, pois é o período de validade de uma Ata de Registro de Preço - ARP, e acrescido de uma margem de segurança, para que haja o pronto atendimento das demais demandas judiciais que vierem a surgir. A margem de segurança de 1,6 é utilizada quando o há mais de 5 pacientes para o item em questão, quando há menos de 5 utiliza-se a margem de 3,0.

Em suma, os quantitativos são previstos da seguinte forma:

- 1º) Para os medicamentos que possuem 5 ou mais pacientes: Quantidade total da SRP = (CMM x 12 meses) x 1,6
- 2º) Para os medicamentos que possuem menos de 5 pacientes cadastrados: Quantidade total da SRP = (CMM x 12 meses) x 3,0

Desse modo, as quantidades registradas nesta contratação representam os quantitativos totais de cada item, para uma perspectiva de uso de 12 (doze) meses.

Ressalta-se que em algumas situações, como consumo semestral ou bimestral, é necessário realizar regra de 3 para obter o CMM.

--	--	--	--

CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO
38485	607946	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS	36
7764	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG	10.800
90278	309530	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE	3.240
693	272083	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG	4.320
6675	276961	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG	21.600
16216	382197	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG	6.480
14085	306145	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG	2.160
31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG	2.160
5665	272379	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG	7.560
5563	365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G	1.080
34608	406230	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG	2.160
36009	437006	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML	144
35483	430402	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA	72
20313	296657	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG	2.160

38424	457612	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878 MG/G + 4,719MG/G FRASCO 250G	36
39331	483781	ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG	8.640

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.766.025,89

O valor estimado, no presente documento, foi obtido a partir do valor de referência adotado como base na última Pesquisa de Preços realizada nesta SES/DF, pela Gerência de Pesquisa de Preços, conforme DOC. SEI 146102735, 156747716, 145389260, 145536286 na ocasião da última licitação realizada para os itens a seguir.

Assim, a estimativa do valor da contratação corresponde à somatória dos valores totais especificados abaixo:

CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
38485	607946	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS	36	R\$ 34,22	R\$ 1.231,92
7764	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG	10.800	R\$ 0,53	R\$ 5.724,00
90278	309530	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE	3.240	R\$ 2,34	R\$ 7.581,60
693	272083	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG	4.320	R\$ 4,19	R\$ 18.100,80
6675	276961	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG	21.600	R\$ 0,82	R\$ 17.712,00
16216	382197	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG	6.480	R\$ 1,3127	R\$ 8.506,296
14085	306145	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG	2.160	R\$ 0,7636	R\$ 1.649,376

31724	426091	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG	2.160	R\$ 767,40	R\$ 1.657.584
5665	272379	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERACÃO CONTROLADA 75MG	7.560	R\$ 0,5390	R\$ 4.074,84
5563	365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G	1.080	R\$ 4,8440	R\$ 5.231,52
34608	406230	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG	2.160	R\$ 1,73	R\$ 3.736,80
36009	437006	TETRAIDROCANABINOL 27MG /ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML	144	R\$ 785,21	R\$ 113.070,24
35483	430402	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPOLA	72	R\$ 12.727,53	R\$ 916.382,16
20313	296657	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG	2.160	R\$ 1,0333	R\$ 2.231,928
38424	457612	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719MG /G FRASCO 250G	36	R\$ 89,1225	R\$ 3.208,41
39331	483781	ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG	8.640	R\$ 271,8185*	R\$ 2.348.511,84 *

*Para o item código SES 39331, considerando que não há histórico de aquisições anteriores nesta SES /DF, foi utilizado o teto estabelecido (PMVG17%) pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)/Anvisa (lista publicada em 14/04/2025) para definição do valor estimado

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os objetos listados nesse processo não guardam correlação entre si podendo ser adquiridos por empresas diferentes, o que não justifica a sua aquisição por lote(s).

Dessa maneira, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, dever ser adquiridos individualmente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

CÓDIGO SES	DESCRIÇÃO COMPLETA	PROCESSO LICITATÓRIO ANTERIOR VIGENTE	ATA DE REGISTRO DE PREÇO VIGENTE	AQUISIÇÃO EMERGENCIAL
38485	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
7764	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
90278	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
693	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
6675	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
16216	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
14085	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-

31724	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG	-	Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	-
5665	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERACÃO CONTROLADA 75MG		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
5563	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
34608	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
36009	TETRAIDROCANABINOL 27MG /ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
35483	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FA		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
20313	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
38424	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719MG/G FRASCO 250G		Item fracassou no último Pregão, não há ARP vigente	
39331	ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG	-	-	-

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- O ajuste dos valores lançados no Plano de Contratações Anual (PCA) foi realizado considerando-se os cortes orçamentários sofridos por cada Programa de Trabalho (PT) após a publicação da lei orçamentária anual. Foi realizada a adequação do valor total estimado de cada medicamento ou insumo para a saúde proporcionalmente ao corte sofrido por cada PT.

- A memória de cálculo que embasou a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, e que refletem a real necessidade da SES/DF, resta acostada à árvore processual sob o SEI nº 159413882.

- Atualmente, a elaboração do Plano de Contratações Anual e o levantamento de necessidades, com vistas à elaboração da proposta de lei orçamentária anual, ocorrem simultaneamente.

- A vigência das atas de registro de preços não se restringe a apenas um exercício financeiro e que o valor previsto no Termo de Referência corresponde à consolidação da demanda da SES/DF para o período de um ano.

- O despacho - SES/SUCOMP/ASPC SEI nº 153535894 que afirma que "a média de tramitação dos processos nas unidades da Subsecretaria de Compras e Contratações (SUCOMP) é de 130 dias para itens de abastecimento regular". Logo, os quantitativos registrados não serão executados em sua totalidade no presente exercício financeiro.

Abaixo informamos os Programas de Trabalho existentes para aquisição dos medicamentos Padronizados nesta SES/DF:

- PROGRAMA TRABALHO 10.303.6202.4216.0001 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL;
- PROGRAMA TRABALHO 10.303.6202.4216.0002 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA –DISTRITO FEDERAL - Fonte 100;
- PROGRAMA TRABALHO 10.303.6202.4216.0003 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DISTRITO FEDERAL - Fonte 100;

CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ID PCA	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIL PREVISTO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	MODALIDADE
38485	607946	28863	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 23,2 MG/G GEL TUBO 50 GRAMAS	10	R\$ 33,33	R\$ 333,30	Pregão Eletrônico
7764	273818	28861	DIOSMINA + HESPERIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO 450MG + 50MG	2999	R\$ 0,43	R\$ 1.289,57	Pregão Eletrônico
90278	309530	28816	GLICOSAMINA (SULFATO) PO GRANULADO 1,5 G SACHE	900	R\$ 5,85	R\$ 5.265,00	Pregão Eletrônico
693	272083	28658	SEVELAMER (CLORIDRATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 800 MG	1200	R\$ 3,94	R\$ 4.728,00	Pregão Eletrônico
6675	276961	28629	TIZANIDINA COMPRIMIDO 2MG	6597	R\$ 0,82	R\$ 5.409,54	Pregão Eletrônico

16216	382197	28614	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA 35MG	1799	R\$ 1,38	R\$ 2.482,62	Pregão Eletrônico
14085	306145	28609	VALSARTANO COMPRIMIDO 160MG	600	R\$ 0,79	R\$ 474,00	Pregão Eletrônico
31724	426091	28608	VANDETANIBE COMPRIMIDO REVESTIDO 300 MG	600	R\$ 545,69	R\$ 327.414,0	Pregão Eletrônico
5665	272379	28601	VENLAFAXINA COMPRIMIDO OU CAPSULA LIBERAÇÃO CONTROLADA 75MG	1499	R\$ 0,60	R\$ 899,40	Pregão Eletrônico
5563	365454	28647	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO (714MG + 7,7MG)/G BISNAGA 6,5G	300	R\$ 3,50	R\$ 1.050,00	Pregão Eletrônico
34608	406230	28655	SOLIFENACINA (SUCCINATO) COMPRIMIDO REVESTIDO 5 MG	600	R\$ 1,00	R\$ 600,00	Pregão Eletrônico
36009	437006	28641	TETRAIDROCANABINOL 27MG/ML + CANABIDIOL 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL SPRAY FRASCO 10ML	40	R\$ 642,36	R\$ 25.694,40	Pregão Eletrônico
35483	430402	28622	TRASTUZUMABE (ENTANSINA) PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 160MG FRASCO AMPO	72	R\$ 10.534,29	R\$ 758.468,88	Pregão Eletrônico
20313	296657	28615	TRIMEBUTINA (MALEATO) CAPSULA 200MG	600	R\$ 0,87	R\$ 522,00	Pregão Eletrônico
38424	457612	28660	SENNA ALEXANDRINA MILL (SENE) + CASSIA FISTULA L. (CÁSSIA) GELEIA 4,878MG/G + 4,719 MG/G FRASCO 250G	12	R\$ 70,56	R\$ 846,72	Pregão Eletrônico
39331	483781	39072	ZANUBRUTINIBE CÁPSULA DURA 80MG	8.640	R\$ 271,82	R\$ 2.348.524,80	Pregão Eletrônico

*Para o item código SES 39331, considerando que não há histórico de aquisições anteriores nesta SES /DF, foi utilizado o teto estabelecido (PMVG17%) pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)/Anvisa (lista publicada em 14/04/2025) para definição do valor estimado.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A efetivação da contratação contribui para o atendimento aos pacientes com demandas judiciais ativas, já que o descumprimento da determinação judicial pode caracterizar crime de desobediência atribuído aos gestores que derem causa.

Além disso, a autoridade jurídica pode decretar sequestro de verba pública imputado à SES DF em razão do não fornecimento dos medicamentos para os quais os pacientes tiveram decisão judicial proferida. É importante citar que, na aquisição dos medicamentos mediante os recursos subtraídos da Secretaria de Saúde, são praticados os preços do mercado consumidor, os quais, muitas vezes, são superiores aos praticados pela Administração Pública.

Cabe ressaltar que os preços de referência obtidos em Pesquisa de Preços serão utilizados como valores máximos a serem aceitos pela Administração, e, considerando a fase de lances e posteriormente a fase de negociação de preço, certamente poderá resultar em economia ao erário na aquisição dos medicamentos. Assim, a aquisição pelo Sistema de Registro de Preços se torna a forma mais econômica para atendimento às demandas judiciais pois atenderá um período de 12 (doze) meses conforme a vigência da Ata SRP.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica, em razão de tratar de bens de consumo de uso regular. Todavia, a SES/DF possui organização interna para o monitoramento da execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O risco ambiental apresentado pelos bens objeto deste processo está relacionado a produção de Resíduos de Serviço de Saúde, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 como "todos os resíduos resultantes das atividades exercidas pelos geradores de resíduos de serviços de saúde", compreendidos como "todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal".

Assim, a fim de mitigar os riscos ambientais inerentes aos bens a serem adquiridos esta SES/DF procederá com a adoção das medidas necessárias para o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados, em conformidade com a RDC supramencionada e com o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE implementado no âmbito desta Secretaria.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que os medicamentos objeto do presente processo consistem insumos não-padronizados para atender a pacientes que ajuizaram ação judicial e obtiveram provimento.

Considerando que o presente estudo indica a contratação em regime de Solicitação de Registro de Preços - SRP, e a consequente formalização de Ata de Registro de Preços - ARP, como o melhor meio de aquisição regular destes medicamentos.

Considerando que esta modalidade licitatória diminuirá os custos com as aquisições, tendo em vista não haver necessidade de repetidas dispensas de licitação para atendimento às necessidades, o que consequentemente gerará economia de recursos humanos e materiais, além de possibilitar o cumprimento ao que prescreve o Art. 1º da lei 10.520/2002.

Considerando que a licitação por Sistema de Registro de Preços não acarreta comprometimento imediato do orçamento desta Secretaria, de forma que a disponibilidade orçamentária será avaliada oportunamente a cada execução das Atas de Registro de Preços formalizadas.

Após a realização do presente Estudo Técnico Preliminar, a equipe técnica de planejamento conclui pela viabilidade da contratação, por meio da utilização de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – SRP para o registro dos preços por período de 12 (doze) meses, buscando as melhores condições de vantajosidade para a Administração através do alcance nacional desta modalidade licitatória, da possibilidade maior de competitividade por item, bem como, da economia de escala que será obtida em razão do maior quantitativo licitado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TATIANE ARAUJO COSTA

Diretora de Programação de Medicamentos e Insumos para a Saúde



Assinou eletronicamente em 17/06/2025 às 10:19:45.

ANDREZZA GOMES GUIMARAES PEREIRA DA SILVA

Farmacêutica-bioquímico farmácia



Assinou eletronicamente em 17/06/2025 às 11:38:31.

SARA CRISTINA LINS RAMOS

Diretora de Assistência Farmacêutica



Assinou eletronicamente em 17/06/2025 às 10:25:27.

THYAGO HITALO CAVALCANTE ALENCAR ARRAIS

Farmacêutico-bioquímico farmácia



Assinou eletronicamente em 17/06/2025 às 13:25:51.